



Conselho das Comunidades Portuguesas

ACTA DA QUARTA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada na Assembleia da República, nos dias 29, 30 e 31 de Maio de 2019, com a presença dos (doze) membros integrantes deste Conselho Permanente, indicados por cada Conselho Regional, na forma da Lei, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Reunião interna do CP/CCP. **2)** Apresentação dos relatórios de atividades dos Conselhos Regionais e apresentação e aprovação do relatório do Conselho Permanente 2018/2019. **3)** Apresentação dos relatórios dos assentos do CCP em outros Conselhos. **4)** Debate, aprovação e assinatura da Resolução CP/CCP nº 1/2019. **5)** Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário do CP. **6)** Assuntos gerais e apresentação do sítio (site) do Conselho das Comunidades Portuguesas (www.conselhodascomunidades.pt). No primeiro dia de trabalhos, quarta-feira 29 de Maio, pelas 09h30, na Sala 10 da Assembleia da República, deu-se início à quarta reunião deste Conselho Permanente (CP), a fim de se tratar do ponto **1)** Reunião interna, na qual o Presidente saudou e deu as boas vindas a todas e todos, informou a substituição do Cons. Daniel Loureiro (Canadá/CRAN), que não pode estar presente, pelo seu suplente, Cons. Paulo Martins, e leu correspondência recebida, designadamente a carta de demissão da Cons. Sandrina Barros (França/CRE) à sua função neste Conselho Permanente, sendo a mesma substituída pelo Cons. Paulo Marques, que assumiu a titularidade. Seguiu-se um breve debate sobre as Eleições ao Parlamento Europeu e o Cons. Pedro Rupio informou que no endereço dos envelopes dos boletins de voto não constava a palavra "Portugal" como país destinatário; após algumas intervenções houve consenso que os partidos políticos deveriam envolver-se mais com as Comunidades Portuguesas durante as campanhas eleitorais; e que a grande percentagem de abstenção era prevista. Foi verificado o facto que muitos portugueses na Europa, estiveram mais preocupados com as eleições locais nos países de residência do que com as eleições em Portugal, pois têm esse direito a optar em votar nas listas do país onde residem ou nas listas de Portugal. Encerrado esse



tema passou-se, por volta das 11h00, para a Sala da Biblioteca da AR, onde deu-se início à reunião com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, a qual foi presidida pelo Deputado Carlos Gonçalves (PSD), que deu as boas vindas a todos e passou a palavra aos Conselheiros, tendo o Cons. Presidente apresentado os seguintes três pontos fundamentais: a) Alterações à legislação eleitoral e o progresso feito nos últimos anos, refletiram-se nas eleições europeias do passado fim de semana, em termos de recenseamento automático e participação cívica, continuando o voto eletrónico a ser a forma mais desejada de voto e ficamos na expectativa do relatório acerca do projeto-piloto do voto eletrónico que ocorreu em Évora; b) Uma maior participação e divulgação direta por parte dos partidos políticos no que diz respeito aos programas eleitorais dos mesmos no que se referem às Comunidades Portuguesas no estrangeiro; c) Maior autonomia do CCP, que será objeto de uma Resolução do CP a ser aprovada. Por sua vez o Deputado Pedro Soares (BE) comentou que os votos foram mal interpretados pois os votos são para o território nacional e não para eleger representantes locais nos sítios onde vivem. O Deputado José Cesário (PSD) frisou que o resultado das eleições europeias fora positivo (mais que o dobro em relação as anteriores embora a taxa de absentismo fosse alta), que houve menos mesas de votos em alguns lugares, mas que já se conseguiu fazer mais ao longo deste mandato e que aguarda as nossas propostas sobre a autonomia do CCP. Já o Deputado do PS presente referiu que o recenseamento automático significou o dobro dos votos nas eleições e que o programa eleitoral dos partidos será examinado e reflectido sobre as ultimas eleições para ser melhorado. A Deputada Paula Santos (PCP) referiu que anotou as nossas preocupações e que as questões eleitorais serão objectivo de avaliação para criar melhores condições. Por sua vez o Deputado Carlos Páscoa (PSD) afirmou que as condições das últimas eleições criaram muitas abstenções mas aumentou o número de votos. O Deputado Paulo Neves (PSD) disse que tem recebido milhares de emigrante da Venezuela na Madeira e



o Deputado do PS Açores afirmou que os partidos estão todos envolvidos em apoiar a emigração. Por fim o Deputado Carlos Gonçalves (PSD) questionou qual seria a razão da tentativa da alteração da tutela no fim deste mandato e afirmou que o Brexit vai ser problemático para os emigrantes no Reino Unido. Por parte deste CP, o Cons. Pedro Rupio mencionou que as eleições locais são também de muita importância para as Comunidades nos países de acolhimento (residência) e de seguida o Cons. Amadeu Batel referiu que a abstenção não é da responsabilidade das Comunidades, adiantou ainda que a língua portuguesa como língua estrangeira deveria ser na vertente da língua maternal, motivo para ser repensar as políticas nesta matéria. O Cons. António Cunha criticou a falta de propaganda por parte dos partidos políticos e o Cons. Nelson Ponta-Garça questionou a forma como alguns partidos se opõem ao voto eletrónico, enquanto o Cons. Paulo Marques criticou a não divulgação das eleições nas redes sociais e na comunicação social, especialmente na RTPi. Por fim, a palavra foi devolvida ao Presidente do Conselho Permanente que fez algumas considerações e informou que a mudança de tutela e outras questões acerca da Autonomia do CCP, estão a ser debatidas e logo que se tenha um texto final o seu conteúdo será dado a conhecer a todos, inclusive aos Partidos Políticos. Encerrada esta reunião os trabalhos foram suspensos para o almoço. Após o almoço, de volta à Sala 10, deu-se continuação aos trabalhos com o ponto **2)** Apresentação dos relatórios de atividades dos Conselhos Regionais e do Conselho Permanente. O Cons. Manuel Coelho (CRA), informou que a única atividade do CRA, foi a reunião do mesmo que se realizou a 8 e 9 de Março em Joanesburgo e que, quanto ao texto da Autonomia, o CRA pronunciou-se a favor do CCP integrar o Conselho de Ministros. O Cons. Amadeu Batel apresentou o relatório do CRE, frisando alguns pontos de interesse. O relatório do CRACS foi apresentado pelo Cons. Ângelo Horto, que acatou todo o texto formulado acerca da Autonomia do CCP. Seguiu-se o Cons. Paulo Martins que informou que o CRAN sugere que as reuniões dos Conselhos Regionais devam realizar-se em Portugal e que



não há necessidade de mudança da tutela do CCP. Por sua vez a Cons. Rita dos Santos apresentou o relatório do CRAO, que acata na integridade o texto da Autonomia do CCP, tendo também mencionado o programa de atividades desse CR para 2019. O Cons. Presidente Flávio Martins fez circular o esboço do relatório de atividades do CP em 2018/2019, conforme determina a Lei nº 66-A, de 2005. Após algumas considerações, foi aprovado e assinado por todos os presentes, devendo ser publicado o mais rápido possível. Seguiu-se o Ponto **3)** Apresentação dos relatórios do CCP em que o mesmo tem assento em outros Conselhos, tendo o Cons. Manuel Coelho informado que embora tenha tomado posse assim como a Cons. Silvia Renda, no Conselho Económico e Social, nenhum participou em alguma reunião presencialmente, tendo o Cons. Manuel Coelho sido substituído pelo Cons. Paulo Marques, devido a não haver verbas para deslocações, e tendo a Cons. Silvia Renda participado em algumas reuniões por Skype. O Cons. Paulo Marques confirmou que tem participado também em reuniões do Conselho de Opinião da RTP. O Cons. Amadeu Batel, embora nomeado nunca foi contactado para tomar posse no Conselho Nacional de Educação. O CCP não tem representação na Comissão Nacional de Eleições, mas pretende ter um representante neste importante Conselho, conforme proposta de alteração à lei que regulamenta essa CNE. Assim, às 18h30, o Cons. Presidente do CP deu por concluídos os trabalhos do primeiro dia. No segundo dia de trabalhos, quinta-feira dia 30 de Maio, os conselheiros e conselheiras chegaram à Presidência do Conselho de Ministros por volta das 10h00 e, após aguardarem até as 11h40, teve lugar a reunião na Presidência do Conselho de Ministros a convite de sua Exa. o Primeiro Ministro, a qual foi presidida pela Ministra Adjunta da Presidência e da Modernização Administrativa, Marina Vieira Silva, na ausência do mesmo que estava em missão oficial no estrangeiro. A Sra. Ministra Adjunta, após dar as boas vindas, valorizou o trabalho dos Conselheiros do CCP e realçou a importância do mesmo para as Comunidades, passando a palavra ao SECP que dirigindo-se aos presentes mencionou o avanço, o progresso e o desenvolvimento



realizado pelo CCP nos últimos anos em vários ramos tendo de seguida apresentado todos os Conselheiros. Tomou então a palavra o Cons. Presidente Flávio Martins, que explicou o funcionamento do CP, das CTs e dos CRs tendo terminado com um resumo do Plano de Acção Trienal (PAT). A Cons. Rita Santos mencionou a falta de recursos e salários baixos no funcionamento do Consulado de Portugal em Macau, o atraso nos processos de nacionalidade e no reembolso do IRS, tendo ainda solicitado a eliminação da figura de representante fiscal. O Cons. Amadeu Batel fez uma exposição sobre o ensino da língua portuguesa. Seguiram-se, então, manifestações de outros Conselheiros e, depois, dos senhores Ministros e Secretários presentes a essa inusitada e paradigmática reunião, que deverá ocorrer pelo menos uma vez a cada ano, conforme sugestão apresentada pelo CCP ao Conselho de Ministros. Ao final da reunião os trabalhos foram suspensos para o almoço. Depois do almoço, continuaram os trabalhos na sala 10 da Assembleia da República e decidiu-se, por unanimidade, cancelar a visita à Casa Civil da Presidência da República na manhã de sexta-feira, dando-se seguimento aos trabalhos, que começaram com uma apreciação da reunião com o Conselho de Ministros. O Deputado Paulo Pisco juntou-se a reunião e usou da palavra, referindo-se aos resultados das eleições europeias. Passando-se ao ponto **4)** Debate, aprovação e assinatura da Resolução CP/CCP nº 1/2019 teve então lugar, no qual foi amplamente discutido o texto redigido e já apreciado nas reuniões dos Conselhos Regionais. Foi circulado um documento assinado por todas as Conselheiras do CCP, acerca da paridade no CP, tendo todos os Conselheiros manifestados sua concordância integrando-o ao texto em discussão, tendo sido objeto de reflexão algumas alterações que submeteram-se à votação e o texto final da Resolução CP/CCP nº 1/2019 aprovado pela unanimidade dos membros do CP/CCP e assinado por todos os Conselheiros presentes. Em seguida, o Deputado Carlos Páscoa, juntou-se aos trabalhos e usou da palavra. Por volta das 17h30, o Cons. Presidente deu por terminados os trabalhos no segundo dia e todos os integrantes do CP/CCP deslocaram-se à Sala de Visitas da



Conselho das Comunidades Portuguesas

Presidência da Assembleia da República, onde foram recebidos por sua Exa., o Presidente da AR, Deputado Ferro Rodrigues, a quem após essa reunião, foi entregue a versão final da Resolução CP/CCP nº 1/2019, aprovada momentos antes, e com cópias a todos os Grupos Parlamentares e representações de Partidos Políticos na Assembleia. Na sexta-feira, dia 31 de Maio, pelas 09h30, na sala 10 da AR, teve lugar o debate e a elaboração dos documentos a apresentar referente a propostas para o melhoramento dos futuros actos eleitorais, o combate à abstenção e a representação do CCP na Comissão Nacional de Eleições (CNE). Seguiu-se então, o ponto **5)** Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário do Conselho Permanente do CCP. Feitas algumas considerações, o Cons. Nelson Ponta-Garça disse que não se recandidataria à Vice-Presidência. Após várias propostas e votação, a Mesa Diretora do CP/CCP ficou assim eleita e composta: Presidente – Cons. Flávio Martins, Vice-Presidente - Cons. Amadeu Batel, e Secretario - Cons. Manuel Coelho. A reunião foi, então, suspensa para o almoço, no qual esteve presente sua Exa. o SECP, José Luís Carneiro. Às 14h30, e voltando à sala 10 da AR, a reunião foi retomada para o ponto **6)** Assuntos gerais e apresentação do sítio (site) do Conselho das Comunidades Portuguesas (www.conselhodascomunidades.pt), o *site* foi apresentado pelo Cons. Presidente na presença do SECP, com pedido de contribuições para o *site* e uma maior divulgação do mesmo para as Comunidades Portuguesas por parte de todos os Conselheiros. Também estabeleceu-se um frontal diálogo com o SECP acerca de diversos temas, inclusive o texto da Resolução CP/CCP nº 1/2019, com o qual o SECP concordou em, nas suas palavras, “mais de noventa por cento”, não concordando com a mudança da tutela do MNE para a Presidência do Conselho de Ministros. O Cons. Ângelo Horta mencionou que os partidos políticos esqueceram-se dos eleitores e chama a atenção dos mesmos para se aproximarem das Comunidades. A Cons. Rita Santos criticou os partidos políticos de terem abandonado o eleitorado na Ásia e finalmente o Cons. Pres. Flavio Martins alertou que Portugal tem de estar mais



Conselho das Comunidades Portuguesas

próximo as suas Comunidades e que a proposta de mudança de tutela tem de ser propriamente atendida. Houve ainda um momento para homenagear o trabalho do Cons. Presidente durante o seu mandato e foi-lhe oferecido uma "placa" em nome de todos os Conselheiros do CP. A última reunião do Conselho Permanente terminou com votos de continuação de bom trabalho até as próximas eleições para o CCP. Seguiu-se, depois, na Sala 7, a Sessão de Encerramento, com a presença de diversas personalidades convidadas. Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos em Lisboa, sendo esta Acta cópia fiel dos trabalhos realizados e, após aprovação dos membros deste CP/CCP, será devidamente assinada pelo Cons. Presidente e pelo Cons. Secretário, conforme o Regulamento Interno.

Cons. Álvaro Pereira

Cons. Secretário